

## O sertão como espaço do político ou o oeste de Minas é o que chamam de sertão?

GILBERTO CÉZAR DE NORONHA\*

Aquele que acompanha a utilização do termo sertão no “desenrolar do processo histórico brasileiro”, quase sempre, chega à conclusão de que como categoria geográfica ele vai perdendo sua função generalizadora e homogeneizadora. Ao contrário do que ocorre com sua significação social e cultural, o termo deixa de ser aquela primeira apropriação do espaço físico desconhecido pela nomeação de “um todo não-litorâneo”, e se torna categoria de regionalização: sua forma mais bem estabelecida tem seus limites definidos no chamado Polígono das Secas, “que compreende a região Nordeste e o norte do estado de Minas Gerais” (SOARES, 2009: 46). Ainda que mantenha até hoje sua força de nomeação de espaços diversos em todo o país, nos *sertões* de várias regiões, ele parece cada vez mais nomear características físicas de espaços específicos do que como se prestar a recurso de generalização. Nesse sentido é que se pode afirmar que o oeste de Minas Gerais, enquanto trama de regionalizações de uma porção do espaço brasileiro, começa quando acaba o sertão: um processo histórico iniciado desde as primeiras regionalizações desse recorte do espaço de Minas Gerais, particularizado no século XVIII, durante as explorações oficiais do território<sup>1</sup>.

Por outro lado, insistindo nessa mesma perspectiva diacrônica, quando atentamos para a utilização de sertão como categoria do pensamento social, nomeando formas de vida social e de apropriação do espaço, acompanhando o contato [trágico?] dos agentes de colonização européia com os nativos, poderíamos concluir que o termo percorreu caminho inverso. De referência a pequenas ilhas de colonização e mestiçagem que desafiaram a característica litorânea da colonização, ocupando a terra distante da costa, domando as feras, pacificando o gentio, foi-se generalizando como designação e reconhecimento de certo “modo de vida” do sertão. Espaço conquistando pouco a pouco, feito território, adentrado pelos vaqueiros no nordeste ou pelos bandeirantes paulistas, seguindo o curso dos rios, estabelecendo roças e pousos, expandindo o domínio colonial em diversos pontos do espaço, de forma ambivalente mestiçando-se e

---

\* Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia UFU. Professor da FUNEDI/UEMG (ISAF/ISAB) e da UFG. A apresentação deste trabalho contou com o apoio da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

civilizando-o. Nas narrativas gerais da história da colonização do Brasil, do século XVI até o século XX, sertão é cada vez mais uma designação para enfatizar características sócio-históricas de um todo rural de um espaço que já, e ainda, é o Brasil.

Por meio dos primeiros vaqueiros saídos dos engenhos de açúcar e dos bandeirantes paulistas em busca de índios e ouro, o Brasil tornava-se uma grande fazenda. Do ponto de vista social, o espaço outrora chamado de sertão, não pôde mais ser considerado espaço vazio ou selvagem tal como nos sugerem as primeiras representações que os europeus fizeram deste espaço no século XVI. Era já um espaço “social”, não apenas natureza apropriada simbolicamente pela palavra – como o sertão encontrado na carta de Pero Vaz de Caminha – mas pela ação no meio natural<sup>2</sup>, seja pelas atividades de mineração, agricultura ou pecuária, seja pela mestiçagem marcante daqueles que adentraram essas regiões. Gente “entregue a si mesma, sem figura de ordem nem de organização” externa, “ovelhas remotas” (ABREU, 1988: 212) (em relação aos ensinamentos da Igreja, à administração da justiça e por isso mesmo tantas vezes considerada semi-bárbara). Se não chegou a ser fundada uma civilização original, como quis Capistrano de Abreu (1988, p. 239), pelo menos foi fundamental para exterminar os ditos selvagens que ocupavam a terra sem perder os vínculos com o projeto inicial da colonização.

Nessa perspectiva, quando o sertão pôde ser visto como uma segunda natureza em expansão, “paisagem agrícola, alterada pelo trabalho do homem” (HUNT apud. NAXARA, 2004: 27), a meio caminho da civilização e a serviço dela, é que poderíamos dizer que o oeste de Minas foi se tornando sertão. Nesse processo de apropriação da “natureza”, é que as tramas de regionalização foram instituídas – e também instituidoras. Iniciada nesse espaço específico no século XVIII, não apenas por coincidência, nos tempos da crise da mineração, da retração das atividades urbanas e do aumento das do campo do qual faz parte o chamado povoamento do Alto São Francisco (BARBOSA, 1971). Pela perspectiva externa a que a categoria sertão nos remete, o processo de regionalização do oeste de Minas pode ser considerado um avanço sobre áreas ainda selvagens. Enfim, o oeste de Minas, foi se tornando cada vez mais “sertão” nas formas de apropriação do espaço e – forçando a interpretação – passando por um processo de “barbarização” não apenas pelo isolamento em relação à vida urbana que decaía nos centros de mineração – inspirando as famosas e contestadas teses da

decadência de Minas<sup>3</sup> –, mas pela introdução da vontade de integração desse espaço aos ditos núcleos civilizadores.

A apropriação do espaço pela agricultura e pela pecuária foi compreendida de modo ambivalente, tanto como um aspecto positivo de civilização pela expansão da colonização e da presença portuguesa, como negativamente, pelas características dessa expansão mestiça, “desordenada” e, no caso das Minas Gerais, não raro, vista como uma “regressão” ou decadência não só econômica, mas social e cultural em relação à vida urbana das cidades mineradoras (Cf. FURTADO, 2004). Esta ambivalência permitiu, desde o século XIX, pensar o sertão como categoria cultural – uma forma cultural amplamente compartilhada experimentada ao mesmo tempo como nossa originalidade e nossa deficiência, descompasso ou inferioridade em relação às nações européias e à norte-americana.

Tínhamos um patrimônio cultural – forma cultural objetivada – que pôde ser reivindicado tanto para enunciar nossa especificidade como povo e como nação, inserindo-nos nas constituições dos estados nacionais modernos, quanto para representar nossas características culturais [econômica, social, intelectual, política, religiosa, artística e literária]. Hierarquicamente representada como inferior em relação às referências culturais européias: a mirada pela qual a idéia de sertão se torna inteligível. Evidentemente todas essas concepções, desde a noção de sertão como espaço geográfico, social, cultural, foram mobilizadas em diferentes circunstâncias como parte de estratégias importantes nas relações de poder e, portanto, tiveram sempre forte conteúdo político que de forma mais ampla pressupunha um “olhar político” sobre o espaço social, pela lógica dual moderna que marcou nossa forma de enxergar a dita formação do estado nacional brasileiro, no século XIX.

Entretanto, a categoria sertão adquiriu conotação política também num sentido mais estrito, na primeira metade do século XX, quando determinadas relações políticas passaram a ser compreendidas mais claramente como típicas do sertão – aquele espaço social em vias de universalização – cujo ápice e, ansiosamente esperado o caso, teria uma de suas importantes formulações na interpretação de um fenômeno historicamente limitável, reconhecido como sistema coronelista [1891 a 1930] (LEAL, 1997), não por acaso, num período de intensificação das transformações do meio [geográfico] pelas novas técnicas<sup>4</sup> e pela reconfiguração das forças sociais que

discutiam projetos de desenvolvimento do país, questionando sua vocação agrária (como produtor primário exportador) e/ou suas possibilidades de industrialização e urbanização (LUZ, 1975). É essa compreensão mais estrita de política, digamos, tomada como um sistema típico de regiões interioranas, rurais, isoladas, agrárias, violentas, enfim, do sertão, que pôde ser utilizada com fins políticos mais abrangentes. Enunciar determinadas relações políticas como formas típicas de coronelismo reafirmavam as dualidades e, não raro, atualiza(ra)m lutas civilizacionais contra a barbárie das relações e das técnicas, justificando a implantação de um capitalismo industrial urbanizador. Nestes termos, convém apresentar logo a questão que me ocupa neste texto: como espaço do político, o oeste de Minas é o que chamam de sertão?

\*

Teremos pelo menos duas possibilidades de responder à nossa questão: podemos partir de uma caracterização comum do que sejam as relações políticas do sertão, buscando em nossa pesquisa empírica específica a confirmação ou refutação da inserção da região naquilo que se (re)conhece como tal; ou, seguindo fielmente as escolhas que assumimos desde o início, podemos (re)começar pelas relações políticas específicas encontradas nas fontes de informação sobre uma região específica de Minas Gerais, o oeste de Minas, tentando dialogar com as representações mais amplamente compartilhadas como as ditas relações políticas do sertão.

No primeiro caso, sem encontrar dificuldade na busca de uma tipologia das relações políticas do sertão, entretanto, estaríamos condenados a averiguar apenas se aquelas relações encontradas no oeste de Minas fazem ou não parte destas. Seria uma busca de compreensão do todo pela soma das partes ou das partes pelo todo. Portanto, reduziríamos nossa busca à discussão da relação entre local e geral que não seria outra coisa senão a discussão entre a inclusão ou exclusão do regional no recorte nacional. Nessa perspectiva, mesmo quando tratássemos de momentos anteriores à própria idéia de nação brasileira, como no período colonial, nosso foco continuaria a ser a tentativa de compreender o papel dessas relações encontradas na formação do estado nacional. Estaríamos sempre entre a regra e a exceção, entre o texto e o contexto, porque provavelmente começaríamos a “analisar o contexto político regional” tomando como pressuposto que ele fosse “marcado historicamente pelo poder dos coronéis e das

oligarquias, pela ‘indústria da seca’ [ou qualquer coisa do tipo], pelo clientelismo e paternalismo políticos” (AZEVEDO, 2007:22). Possivelmente encontrando várias relações entre a política local/ regional e o que se considera um sistema político do sertão, não apenas num sentido geográfico, mas temporal: como um “antigo sistema de dominação político-econômica”, surgido em práticas do tempo da colonização, persistindo ainda hoje instigando-nos também a buscar “explicações que justificassem tal persistência” (AZEVEDO, 2007:22), prontos a serem contrapostas a um novo.

Seria uma tentativa de compreensão das persistências, pela ótica de nossos projetos atuais de mudança. E as relações políticas consideradas do sertão são concebidas hoje como residuais ou arcaicas. Se for discutível o diagnóstico de que elas estão em vias de extinção, entretanto a defesa de sua manutenção já não se sustenta. Mas ao tomar como medida do local e do regional a idéia de uma política típica do sertão, estaríamos assumindo os projetos de mudança daqueles que forjaram tais noções e generalizações, sem um mínimo de crítica. Caracterizar as relações políticas como sendo típicas do sertão tomando-as como antigas, arcaicas, pressupõe já uma referência ao novo. Talvez fosse mais prudente questionar não apenas se as relações políticas estabelecidas no oeste de Minas sejam ou não o que se entende por relações políticas do sertão, mas questionar o sentido político dessa caracterização realizada por meio dessa categoria, fornecendo as medidas para a crítica.

Por outro lado, começar pelo oeste de Minas não nos exige de considerar sua associação às representações do sertão como espaço do político. Elas existem, são claras, fazem parte de um repertório simbólico extremamente requisitado para nos explicar e nos fazer compreender em nossas relações de poder, num vocabulário cheio de *ismos*: mandonismo, paternalismo, clientelismo, localismo, personalismo, coronelismo, etc. Por meio deles, reconhecemos aspectos de nossa formação política devedora da dependência social e econômica dos mais pobres feitos eleitores passivos<sup>5</sup>, trazidos no cabresto, em apadrinhamentos e favores pessoais, não apenas pelo monopólio da terra como também pelo controle privado das forças públicas como a polícia e a justiça. Associada à representação comum do sertão como espaço da violência, lugar de fanatismos religiosos (POMPA, 2004:71-88), de messias, beatos, “cangaceiros e salteadores de estradas, indígenas rebelados, vinganças de sangue, brigas de família, sedições; [espaço de preocupação] dos governos estaduais e dos

responsáveis pelas forças policiais durante a Primeira República” (VILLELA, 2010: 163). Visto como um reduto político de famílias proprietárias, patriarcais (carregada de todo o sal da violência, da imposição, da biologia) em que os partidos seriam “simples agregados de clãs organizados para a exploração em comum vantagem do poder”, como escreveu Oliveira Vianna (1956:19). Relações políticas entendidas como verdadeiro sistema regido “pela violência ou pela coação, pelo clientelismo e pelo favor, pela preponderância do poder privado sobre o público, pela supremacia da tradição sobre a instituição” (LEONEL e SEGATTO, 2010), não indicando apenas características espaciais (uma localização geográfica – o sertão como espaço interior, ermo, isolado; uma hierarquia social – os donos de terras estabelecendo vínculos com trabalhadores rurais, posseiros, meeiros, agregados, e os serviços urbanos subordinados aos seus interesses), mas também dimensões temporais (relações vistas como primitivas, antiquadas, arcaicas, tradicionais, rústicas, atrasadas, anacrônicas, etc).

Entretanto, considerando as formas específicas que encontramos em diálogo com as representações gerais talvez seja possível – ainda que pela comparação simples entre um e outro, não ficar restrito em uma discussão entre o que seja nacional e local, novo e velho, moderno e arcaico, mas discutir a própria significação política da qualificação. Tentando-se observar a construção dessas tramas não como constatações neutras, mas como estratégia política que se constitui a partir de determinado posicionamento político. Ao questionar quais posições se devem assumir para visualizar determinadas relações políticas do oeste de Minas como sendo do sertão, devemos atentar não apenas para o que é refutado, mas para aquilo que se defende seja desenvolvido em seu lugar: os projetos políticos dos enunciadores do espaço político como sertão.

\*

Em pesquisa sobre práticas políticas no oeste de Minas foi possível observar que e a execução de uma obra pública para atender a interesses particulares favorecendo o grupo de correligionários, as disputas locais pelo domínio político, restrito às lutas partidárias até a “alienação” dos eleitores, considerados ignorantes, “só no cabo da enxada” (OLIVEIRA, 2004), lembrados apenas no momento do voto, trabalhando em terras alheias foram práticas consideradas comuns no oeste de Minas. (NORONHA, 2011). Não seria difícil encontrar na teoria política, conceitos apropriados para interpretar essas relações

como formas generalizadas em todo o país. Poderiam bem ser classificadas aquelas relações específicas como relações clientelistas, já que envolve a utilização do bem público para beneficiar interesses privados. Não apenas poderíamos encontrar suas “raízes históricas no período colonial”<sup>6</sup> – numa generalização temporal – como sua abrangência geográfica nacional, tal como concluiu Graham, criticado por Carvalho (1997): não se restringem ao local ou regional, mas como clientelismo, seria uma prática generalizada que “gerou o Brasil” (GRAHAM, 1997: 332).

As nomeações e remoções por critérios pessoais, mais do que por mérito, as perseguições e os apadrinhamentos que surpreendemos nas cartas trocadas entre os chefes políticos locais e seus parentes que ocupavam cargos na esfera estadual e federal, poderiam muito bem ser interpretados como práticas tipicamente patrimonialistas<sup>7</sup>, mais passionais que racionais – cordiais, diria Sérgio Buarque de Holanda –, mais pessoais que impessoais (cf. HOLANDA, 1995: 146 e passim). A utilização da polícia, da força pública e de seu poder repressivo para afugentar candidatos adversários em nome de interesses privados, sugere que essas duas características mais amplas (o clientelismo e o patrimonialismo) fossem sustentadas no oeste de Minas por relações de mandonismo em que a violência física e simbólica, a intimidação e a dependência social e econômica possibilitaram o surgimento de verdadeiros “caciques políticos”: do período colonial, poderíamos convocar a figura de João de Deus Lopes; no império, quem sabe seu genro que se tornou Barão do Indaiá e sua ilustre descendência, filhos e netos, alguns ainda fazendeiros, outros médicos e advogados, que na república se tornaram presidentes das Câmaras, vereadores, prefeitos municipais, deputados, senadores [cf. NORONHA, 2011, item 2.3]. Nossos dados confirmariam algumas nuances das teorias que enunciaram esses conceitos usuais na interpretação da história política brasileira: ao observar a trajetória das famílias locais como a de Joaquina em Pompéu (NORONHA, 2007) e a de João de Deus Lopes em Abaeté, seria possível observar que quanto aos métodos, o mandonismo sofreu uma queda e que os recursos estratégicos desses líderes, consolidados no século XVIII, decaíram com o fim da primeira república.

Entretanto, o que explicaria a permanência de seus descendentes no poder seria muito mais o clientelismo – um fenômeno que não é local, nem datado, portanto que pode ser identificado até o presente, ajudando-nos a compreender a permanência dessas famílias “governamentais” (HORTA, 1956) no exercício do poder até hoje, para além do monopólio da terra. Pode ocorrer tanto no campo quanto na cidade,

sobrevivendo, por exemplo, à crescente urbanização dos municípios do oeste de Minas, desde os anos 1970<sup>8</sup>. A primeira geração desses fazendeiros decadentes, buscando novas estratégias para o domínio político teria se dado justamente na primeira república e seu ocaso, período em que Victor Nunes Leal (1948) enxerga o momento histórico estrito do coronelismo. Uma fase de declínio do privatismo em que os políticos locais começam a perder as condições de exercício de seu poder de mando necessitando do apoio de outras esferas de governo para controlar o município.

É desse período justamente a ascensão de Francisco Campos à secretaria do estado de Minas Gerais e depois ao ministério de Getúlio Vargas. É também nesse período que se inicia a carreira política de Gustavo Capanema, que logo se projeta para além dos limites do município de Pitangui. As cartas freqüentes de políticos locais pedindo ajuda para uma nomeação, para a perseguição aos adversários, poderiam sugerir as evidências dessa troca de favores entre os poderes, em que o líder local se escorava mais no apoio das outras esferas de poder do que no seu poder de mandatário local. Poderíamos dizer que quase se configuravam como um sistema, que Leal chamou de coronelismo (LEAL, 1997). A insistência dos jornais locais em exercer o papel de arautos dos líderes locais enunciando uma voz do município, fazendo “constantes pedidos” ao governo estadual e federal poderia reforçar a idéia de que os vínculos pessoais entre os líderes locais e o governo estadual, estavam sendo reconfigurados, durante a primeira república.

Portanto, não seria difícil reconhecer a existência dessas relações políticas no oeste de Minas, já bastante estudadas em outros lugares. Sua inclusão numa forma compartilhada – um estilo – de compreender as relações políticas no Brasil seria tão elementar quanto o consenso em reprová-las ou a necessidade de superá-las. Seja pela sua sustentação na violência, em condições sociais, culturais e materiais desiguais e particularistas, seja pela sua vinculação ao que se considera arcaico, atrasado e não-moderno<sup>9</sup>, não há dúvida de que essas relações devem ter fim. O problema é parar por aqui como se essas interpretações fossem diagnósticos incontestáveis e imparciais – procedimento pelo qual revelaríamos também nossa própria parcialidade em forma de adesão – sem reconhecer a estreita relação que elas mantêm com a caracterização de espaços físicos, sociais e simbólicos como sertão e os sentidos e significações políticas que a categoria assume.

Acompanhando-se os sentidos da categoria sertão é possível dizer que a condenação dessas relações pela utilização do termo já pressupõe que o enunciador esteja observando o problema de uma perspectiva externa, mas ainda é necessário questionar: os discursos em que se geraram esses conceitos são unânimes em condenar essas práticas<sup>10</sup>, mas quando as associam à idéia de sertão, utilizam-na como estratégia discursiva para propor que tipo de [outras] relações políticas? Aqui pensemos outra vez em política num sentido mais ampliado.

\*

Retornemos à análise de Victor Nunes Leal pelas suas perspectivas em relação ao futuro do coronelismo e aos sinais de sua crise, anunciadas na conclusão de seu reconhecido *Coronelismo, enxada e voto*. O autor lembra que apesar das conseqüências do coronelismo se projetarem em toda a vida política do país, ele seria um fenômeno local, habitando o interior, os municípios rurais e sua “vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria” (LEAL, 1997: 285).

Segundo ele, o termo coronelismo diz respeito à particularidade da política do interior – que na primeira república já era não somente baseada no poder privado, portanto não apenas no domínio patriarcal – em crise, como bem constatou por outros meios e com certa animosidade, Gilberto Freyre (2004: 37). Era tampouco totalmente baseado no poder do estado – também [ainda] por se estabelecer em sua força, como gostam de constatar os estudos sobre as marcas do sistema de administração colonial português na formação da cidadania brasileira, do artificialismo de suas instituições (PRADO JÚNIOR, 1979: 345)<sup>11</sup>. Ora, nesse sentido, coronelismo é um conceito que enuncia uma transição que tem importante constatação empírica, mas também boa dose de projeção. Se na primeira metade do século XX o autor já podia constatar mudanças no regime político, pela nova lei eleitoral, pela estrutura econômica do Brasil da república nova, não mais essencialmente agrária, com o crescimento da população e do eleitorado urbanos com outros vínculos sociais, ele reconhecia também que a decomposição do “coronelismo” só seria completa se a estrutura agrária se modificasse totalmente. Dentre outros fatores, pelo crescimento das cidades, a expansão da indústria, a regulação/formalização das relações de trabalho, “a mobilidade da mão-de-obra, o desenvolvimento do transporte e das comunicações. (LEAL, 1997: 285).

São essas mesmas “reivindicações” enunciadas como condições necessárias que aparecem nos jornais locais que circularam no oeste de Minas, na primeira república sob a fórmula “escola, estrada, cadeia”. Elas enunciam não apenas anseios por uma mudança nas relações políticas ‘coronelistas’ – digamos à maneira de Leal – mas o fazem representando o espaço como sertão para enunciar o diagnóstico de um *agrarismo* considerado retrógrado e a constatação da necessidade de um *industrialismo* ainda precário. Aqui, o termo *ainda*, é importante indício dos projetos compartilhados por aqueles que consideram esse espaço político como sertão. Uma designação não apenas espacial, mas temporal: de uma transição entre o velho e o novo. Uma vontade de desenvolvimento capitalista industrial que deveria ser apenas uma questão de tempo.

O próprio Victor Nunes Leal nos dá os indícios do que ele concebia como o novo, o desejável, ainda não concretizado: a ampliação do mercado com a inserção da população rural, senão como cidadão, pelo menos como consumidores/mão-de-obra assalariada, a proteção da indústria (LEAL, 1997: 286). Numa palavra: a ampliação das relações capitalistas pela industrialização e urbanização. Projeto pelo qual se esperava – confundindo capitalismo com democracia, urbanização com civilidade, interesses de classe com interesse público, liberdade econômica com justiça social – democratizar as relações políticas no Brasil como consequência inevitável do desenvolvimento do capitalismo industrial urbano. Tese que seduziu não apenas os diretamente interessados na consolidação do capitalismo industrial no país – em detrimento do capitalismo mercantilista monárquico (mapeado por Raymundo Faoro (2004), desde Portugal) – como também os próprios adeptos de um projeto socialista. Nesse sentido, o Brasil deveria logo deixar de ser sertão – palavra pela qual se designa os localismos e particularismos “generalizados”, – e se integrar logo à modernidade capitalista, ao estado de direito burocrático com “espírito capitalista”, as relações trabalhistas não pessoais, ao espírito público, combinado à defesa da propriedade privada. Tornar-se [subordinado] à cidade acreditando-se que com esse procedimento “a lei geral suplanta[ria] a lei particular” (HOLANDA, 1995: 142). De qualquer modo, parecia claro que o sertão deveria ser suplantado, seja para fazer a revolução ou para concretizar as promessas de progresso capitalista: revolucionário ou evolucionista, a luta parecia cada vez mais moderna atualizando a dicotomia entre barbárie e civilização em outros termos DE expressão dessa dualidade. Deixar de ser sertão significaria civilizá-lo, ou em termos mais adequados ao século XX e XXI, modernizá-lo e

desenvolvê-lo, ainda que ao custo de um “imperialismo econômico-nacional-interno” para integrar “todo o país num sistema econômico único [capitalista industrial]” suavizando “as forças desintegradoras da história do Brasil – seus bairrismos e regionalismos” (NORMANDO, 1975: 35), eliminando as interferências políticas dos (mal)ditos “grotões”<sup>12</sup>.

Nesse aspecto, não haveria dificuldade em convencer o leitor de que as representações do oeste de Minas e do sertão podem ser não apenas coincidentes como também extremamente negativas. Estariam no pólo da barbárie, ou do atrasado e do não desenvolvido econômica e politicamente. Mas por que então devemos insistir na comparação e não fundir logo uma imagem à outra? Simplesmente porque as fundindo ficaria difícil entender a razão pela qual em certos momentos os habitantes do oeste de Minas se identificam como moradores do sertão, como políticos, padres, jornalistas, capiaus do sertão e em outros refutam veementemente tais representações como se fosse caso de vida ou morte.

Nas lutas por verbas em programas governamentais que consideram o sertão como recorte da sua área de abrangência, por exemplo, é legítimo compreender a apropriação que os políticos locais fazem desse “vocabulário” identificando-se como do sertão em nome de ganhos efetivos. É um recurso estratégico assumir os estereótipos de uma região isolada, de práticas políticas arcaicas e repudiáveis, atrasadas, quando o interlocutor é alguém que, em tese, tem o poder de modificar a situação, tomando o enunciador como aliado ou mesmo como agente local da modernização<sup>13</sup>. Digamos que quando o sujeito enunciador assume o mesmo ponto de vista daquele que está fora do espaço representado<sup>14</sup>. Entretanto quando se busca reconhecimento social e legitimidade, referir-se ou associar-se a práticas políticas do sertão poderá ser extremamente constrangedor, porque nesse momento se está assumindo ou sendo remetido ao *papel de outro* do discurso, em relação àquele mesmo olhar visto de fora. Um outro primitivo, inferior, arcaico, menos aliado que inimigo<sup>15</sup>, menos civilizado que bárbaro; ainda menos bárbaro que selvagem; mais provinciano que cosmopolita. De qualquer modo, representar o oeste de Minas como um espaço político do sertão – seja positiva ou negativamente, parece sempre estar ligado às tentativas de se sair da barbárie e chegar à civilização, mesmo quando são evocadas as “coisas do sertão” como elementos de originalidade.

Nesse sentido, é que um escritor das coisas do oeste de Minas apresentado como escritor das coisas do sertão pode significar tanto seu reconhecimento como um

autor que expressa o universal na sua narrativa do sertão-mundo, ou através de um rótulo de escritor regional fadado a se contentar no máximo com uma pequena nota do cânone nacional. Mas aqui, já estamos tratando não apenas dos significados políticos do termo, mas da sua utilização na gestão política específica de reconhecimento literário, a partir desse repertório simbólico, uma forma compartilhada – um estilo, conforme Simmel (1986). Mas o sertão como tema literário relacionado às configurações do oeste de Minas já é assunto para outro texto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

ALMEIDA, Alessandro de. *Um voto pelo amor de Deus: Religiosidade Cristã e Política*. Montes Claros (2000-2004). Uberlândia: UFU, 2006.

AZEVEDO, Francisco F. *Entre a cultura e a política: uma geografia dos “currais” do sertão do Seridó Potiguar*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Geografia, 2007. (Tese de Doutorado).

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração*. Belo Horizonte: UFMG, 1972.

CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo, Cia. Editora Nacional. 1939.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16. ed. Porto Alegre: Globo, 2004.

FREYRE Gilberto. *Sobrados de mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 15. ed. São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 33. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

FURTADO, Júnia Ferreira. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. *História da Historiografia*. Ouro Preto, UFOP, n. 2. Mar. 2009.

GEIGER, Pedro. *As formas do espaço brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

- GRAHAM, R. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. *II Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, UMG, 1956.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LAMOURNIER, Bolívar. *Moinho, Esmola, Moeda, Limão: Conversa de Família*. São Paulo: Augurium, 2004.
- LEONEL, Maria Célia; SEGATTO, José Antônio. Política e violência no sertão roseano. Gramsci e o Brasil. Hipertexto. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=411&page=visualizar>> Acesso em 20 de nov. 2010.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. O Brasil no século XVIII e idade do ouro: a propósito da problemática da decadência. In: *Seminário sobre a Cultura Mineira no Período Colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979. p. 147-171.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX*. Brasília: Unb, 2004.
- NORMANDO, J.F. *Evolução econômica do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- NORONHA, Gilberto Cezar de. *Joaquina do Pompeu: tramas de memórias e histórias nos sertões do São Francisco*. Uberlândia: Edufu, 2007.
- NORONHA, Gilberto Cezar de. *Viagem aos sertões enunciados: configurações do oeste de Minas Gerais*. Uberlândia: Programa de Pós-graduação em História Social, 2011. (Tese de doutoramento).
- OLIVEIRA, Djalma Vicente (Cacique Kaxixó). Martinho Campos. 06 dez. 2004. Entrevista.
- PINTO, Antônio Costa. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1837*. Ouro-Preto: Typ. do Universal, 1837. p. XXIV.

PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

POMPA, Cristina. Leituras do ‘fanatismo religioso’ no sertão brasileiro. *Novos Estudos*. CEBRAP, n. 69, julho 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo - colônia*. São Paulo: Martins, 1979.

ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SÁ, Xico. Diário do grande sertão-veredas. Entrevista concedida a Paulo Lima. *Balaio de Notícias*. Webjornal, Aracaju, 21 de nov. a 05 de dez. de 2004.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1991.

SIMMEL, Georg. *Philosophie de l'argent*. Paris: Puf, 1986.

SOARES, Valter Guimarães. *Cartografia da saudade: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: EdUEFS, 2009.

VIANNA, Oliveira. *O ocaso do império*. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. p.19.

VILLELA, Jorge Mattar. Mora da política e antropologia das relações de poder no sertão de Pernambuco. *Lua Nova*. São Paulo. n.79, 2010.

---

<sup>1</sup> Para uma análise histórica das formas de regionalização do oeste de Minas remeto o leitor ao segundo capítulo de minha tese de doutoramento. (cf. NORONHA, 2011)

<sup>2</sup> Utilizo um termo dos geógrafos inspirados em Milton Santos: O meio [geográfico] natural “caracterizado pelo peso da utilização da natureza nos processos produtivos, pelos ritmos que são regidos pela natureza, pela reprodução da economia através da extensão horizontal da ocupação do território, pela fraca divisão social do trabalho”. Conforme essa visão, digamos, economicista, “este meio teria sido dominante até a segunda metade do século XVIII: o Brasil do engenho de açúcar, da tropa de burros, do carro de boi que carrega a cana, da tropa de burros que carrega o café. É o Brasil marcado por uma regionalização a partir dos quatros naturais (região natural) e onde as motivações que atuavam sobre o comportamento político das populações eram de origem local”. Esta seria sucedida pelo meio técnico (de 1914-1970). (GEIGER, 2003. p. 42).

<sup>3</sup> A bibliografia sobre o tema é vasta. Para uma discussão sobre as representações decadentistas da história mineira remeto o leitor à Linhares (1979: 147-171). Para um balanço da crítica a essa tese, limito-me a indicar (PAULA, 2000: 62-78). O próprio Bolívar Lamounier faz um levantamento de parte da bibliografia que institui e questiona essa interpretação. (LAMOURNIER, 2004). Ver também uma sistematização recente da produção historiográfica sobre Minas colonial. (Cf. FURTADO, 2009: 117-119).

<sup>4</sup> Aqui retomo o vocabulário da geografia conforme Milton Santos e seus simpatizantes que consideram este momento (desde a primeira guerra até 1970) como de intensas transformações: “(b) o meio técnico (primeira guerra a 1970/80), sistematizadas em duas fases: a primeira fase, “com o advento das ferrovias aparecem novas formas de regionalização, agora em torno dos novos eixos de transporte”, como é o caso da própria categoria Oeste de Minas, a mudança da referência cosmopolita do Rio de Janeiro para São Paulo. A segunda fase (introdução e difusão do automóvel, cinema, rádio, avião, diesel para navios e trens, eletricidade, elevadores – verticalização das cidades. A partir de 1930, o crescimento da urbanização e industrialização conduzida pelo estado e fomentadora do êxodo rural

---

estimulado pela CLT. (Cf. GEIGER, 2003: 46-48).

- <sup>5</sup> Muitas pesquisas têm demonstrado, em várias partes do Brasil, que não há “passividade” dos cidadãos, mesmo os eleitores, mas diferentes formas de participação e engajamento, utilizando-se de estratégias diversas. Para conferir a utilização do discurso religioso como estratégia de luta política tanto por eleitores quanto por candidatos (cf. ALMEIDA, 2006).
- <sup>6</sup> Segundo Schwarz, a colonização brasileira teria produzido, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”. Como a relação entre os dois primeiros é clara, o autor destaca o terceiro, pois, não sendo nem proprietário nem proletário, dependia da dádiva e do favor para ter acesso à vida social. (SCHWARZ, 1991).
- <sup>7</sup> A utilização dessa noção weberiana das relações políticas no Brasil tem como seu precursor Sérgio Buarque de Holanda (1933), seguido por Raymundo Faoro (1957). (Cf. HOLANDA, 1995. (especialmente capítulo V); FAORO, 2004).
- <sup>8</sup> Desde os anos 1970, a população rural se dirige à cidade. Hoje a grande maioria da população dos municípios do oeste de Minas vive na cidade, embora, as atividades econômicas principais desses municípios ainda estejam ligadas às atividades agrícolas, especialmente à pecuária extensiva e à plantação de eucaliptos – atividades poupadoras de mão-de-obra.
- <sup>9</sup> A relação dessas práticas políticas e da estrutura econômica e social que as sustenta com a idéia de feudalismo tanto pela esquerda quanto pela direita no Brasil indica a interpretação dessas práticas como não modernas, quando não anti-modernas. (Cf. DUARTE, 1939).
- <sup>10</sup> Aqui nos parece residir grande parte de sua força motivadora contra os defensores dessas relações que assumem uma posição autoritária também condenável, cujo principal representante – e alvo de execração é Oliveira Vianna.
- <sup>11</sup> Os estudos mais recentes da história de Minas Gerais têm constatado que ao longo século XVIII nas Minas se caracterizou pela “lenta afirmação e consolidação do poder real na região, mas também foi marcado por constantes ameaças à dominação da monarquia, seja por meio dos perigos internos – os motins, os atentados e as conspirações – ou externos – as guerras e as invasões estrangeiras. Tema abordado por vários trabalhos foi o da violência coletiva, manifesto nos diversos motins e revoltas coloniais, que apontaram para a importância e a generalização dos movimentos de rebeldia nas Minas setecentistas”. Para um balanço da bibliografia sobre o tema na colônia. (cf. FURTADO, 2009).
- <sup>12</sup> “Tudo o que não é São Paulo e Rio é “grotões”. Se se analisar a forma como cobriram as eleições, em que houve essa reviravolta do PT ganhando em cidades menores ou em capitais do Nordeste, tudo virou grotão, o partido dos grotões, que é uma forma preconceituosa de dizer que tudo que não é São Paulo e Rio, tudo que não é aquela metrópole, é grotão (...). É o que o Euclides da Cunha mencionou, do grande conflito entre a Rua do Ouvidor e a Caatinga. (...) Acho que é uma política que esses jornais têm, assim como se usa a expressão “grotões” se referindo a tudo que não é Rio e São Paulo. É uma forma de ir segurando um preconceito que é secular.” (SÁ, 2004).
- <sup>13</sup> A adoção dessa imagem negativa, para sua superação, poderá ser constatada no apoio das elites locais aos projetos de modernização do país. Veja-se, por exemplo, o apoio dos Caiado à construção de Brasília.
- <sup>14</sup> “Depois, estável que abolisse o jaguncismo [encomendar para as eleições as turmas de sacripantes, desentrando da justiça só para tudo destruírem, do civilizado e legal] e deputado fosse, então reluzia perfeito o norte, brotando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchendo a pobreza, estreando mil escolas” (...) esse fraseado, Zé Bebelo aprendeu “o muito instruído no jornal”. (ROSA, 2001: 24).
- <sup>15</sup> “Nossos lavradores” vivem numa rotina destruidora, desmatando e queimando as matas. Para resolver esse problema da agricultura o presidente fala no papel das Câmaras Municipais, mas observa que elas pouco fazem, mesmo porque “os Vereadores, ou são esses mesmos lavradores emperrados na rotina, (...) ou negociantes que desconhecendo os verdadeiros interesses do paiz (...) cuidados exclusivamente do se comércio”. (PINTO, 1837: XXIV).